

OS BENEFÍCIOS DO USO CONJUNTO DA ISAAR (CPF) E ISAD(G) NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Natasha Alves Bêto de Souza

Bacharela em Biblioteconomia e graduanda de Arquivologia pela Universidade de Brasília
e-mail: natasha_souza@hotmail.com

Cynthia Roncaglio

Docente do Curso de Graduação em Arquivologia e da Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília
e-mail: cynthia.roncaglio@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a aplicação da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias: ISAAR (CPF), em conjunto com a ISAD(G) na descrição arquivística, e a sua eficiência no processo e resultado da descrição. A metodologia adotada é de caráter qualitativo e descritivo, baseada no levantamento bibliográfico e documental. O artigo apresenta breve histórico da ISAAR (CPF), enfatizando seu vínculo com a ISAD(G) e com a Declaração de Princípios de Descrição Arquivística e o porquê de a literatura da área apontar um baixo índice do uso daquela norma. Destaca os resultados da análise da primeira edição da ISAAR (CPF) e da sua vinculação com a ISAD(G), levando à constatação de que o seu caráter inovador e sua súbita divulgação foram os principais motivos para a resistência dos arquivistas em aplicá-la. Evidência, por meio da comparação da ISAAR (CPF) com a ISAD(G), que a primeira possui campos próprios, não sendo mero componente da segunda. Apresenta também o conceito de controle de autoridade e demonstra as relações entre autoridades, acervos e suas partes. Conclui que há vantagens na adoção da ISAAR (CPF), no que tange à economia de tempo na atualização dos dados do produtor, riqueza de informações fornecidas ao usuário durante a pesquisa, preservação do contexto e o possível compartilhamento de registros e consequente economia de recursos institucionais.

Palavras-chave: ISAAR (CPF). Produtor Arquivístico. Controle de Autoridade. Registro de Autoridade. Descrição Arquivística.



1 INTRODUÇÃO

De acordo com vários autores, dentre eles Couture (2003), Cook (2017), Llanes Padrón (2016) e YEO (2016), a descrição, especialmente em conjunto com a classificação e a avaliação, compõe o cerne das funções arquivísticas, visando à organização, controle e acesso aos acervos documentais. As atividades da descrição estão concentradas no estudo e na representação dos fundos de arquivo e das suas partes, explicitando o conteúdo e o contexto dos documentos. A preocupação com o contexto de produção é proeminente pois os documentos de arquivo são criados em decorrência das atividades de seu produtor. O conhecimento sobre quem produziu os documentos — seja uma pessoa, família ou entidade coletiva — é essencial para que se entenda o motivo de tais documentos existirem. As informações sobre o produtor dos documentos não são meros dados complementares; ao contrário, elas são fundamentais e indispensáveis na descrição. Tanto a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) quanto a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) indicam como elemento obrigatório o nome do produtor.

Cientes da importância dos dados do produtor para a contextualização dos documentos de arquivo, pretendemos neste artigo evidenciar a importância da aplicação da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias: ISAAR (CPF), em conjunto com a ISAD(G) e mais especificamente com a Nobrade, no Brasil, e os benefícios do seu uso na descrição arquivística, ainda que a mesma necessite de reformulações, observadas por aqueles que a implementam e também por aqueles que a propuseram, como parte do trabalho de aperfeiçoamento de qualquer instrumento técnico-científico. Dessa forma, consideramos que este artigo contribui para o conhecimento científico da área na medida em que, ao estabelecer comparações pontuais com a ISAD(G) e reforçar a importância da sua aplicação na descrição arquivística, verticaliza as discussões que vêm sendo realizadas sobre os usos da ISAAR (CPF).

A metodologia adotada é de caráter exploratório, qualitativo e descritivo, baseada em pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ISAAR (CPF)

A descrição arquivística, enquanto conceito, vem passando por várias redefinições ao longo da trajetória teórica e metodológica da Arquivologia. Para os fins desse artigo nos deteremos na definição expressa pelo próprio Conselho Internacional de Arquivos (ICA) quando das publicações das normas internacionais de descrição arquivística. O ICA define descrição arquivística (archival description) como:

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram. Este termo também descreve os produtos desse processo (ISAAR (CPF), p.14).

A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias — ISAAR (CPF) —, especificamente, estabelece diretrizes para a descrição dos produtores de documentos e seus vários relacionamentos, de forma a constituir um registro de autoridade arquivística, como enfatizado no próprio título da Norma.

A primeira edição da ISAAR (CPF) foi publicada em 1996 pelo Conselho Internacional de Arquivos, mas sua concepção ocorreu em 1993, bem próxima da data de publicação da Declaração de Princípios de Descrição Arquivística e da versão preliminar da ISAD(G), a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, que ocorreram em 1992 (LLANES PADRÓN, 2016). A segunda versão foi adotada pelo então Comitê de Normas de

Descrição em outubro de 2003, sendo essa versão traduzida para o português do Brasil em 2004. A ISAAR (CPF), ao contrário da ISAD(G), não faz menção a que fase do ciclo vital de documentos deva estar associada a descrição dos produtores de documentos. Na introdução da ISAD(G) (2001, p.1), salienta-se que, “ainda que o foco destas regras seja a descrição de documentos de arquivo já selecionados para preservação, elas podem ser também aplicadas em fases anteriores”. Porém, como as normas de descrição inserem-se num contexto de crítica à Arquivologia tradicional, subentende-se que a descrição, conforme as normas, pode e deve ser iniciada desde que os documentos são produzidos, sobretudo quando se sabe de antemão quais documentos serão preservados.

A própria Declaração de Princípios de Descrição Arquivística (1992) destaca que para explicar o contexto dos fundos e de suas partes, é necessário apresentar informação acerca da proveniência junto com as informações sobre o material arquivístico. Mas, embora tenha seu propósito destacado na Declaração de Princípios, e tenha sido concebida junto com a ISAD(G) e idealizada para lhe servir como necessário complemento, a ISAAR (CPF) não tem sido tão aplicada quanto sua norma "irmã". A literatura reconhece que há certa relutância entre os arquivistas na aplicação da ISAAR (CPF), tratando-a até como "a norma esquecida" (DOHERTY, 2004; COOK, 2007; CUNNINGHAM, 2007; LLANES PADRÓN, 2016). O Conselho Internacional de Arquivos também constatou o baixo uso dessa norma ao preparar o novo modelo conceitual de descrição (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2016).

Trindade (2012) especula que:

a aplicação da ISAAR(CPF) parece ter ficado consignada à sombra permanente das grandes mudanças de procedimentos e técnicas que se impunham com a aplicação da ISAD(G). Outra razão que pode justificar a marginalização da ISAAR(CPF) face à ISAD(G), parece-nos ter que ver com o facto da segunda contemplar informação, tais como os campos constituintes da Zona [Área] de Contexto, que estão cobertos também na ISAAR(CPF). (TRINDADE, 2012, p.20).

Doherty (2004) e Cunningham (2007) expõem que parte da resistência em aplicar a ISAAR (CPF) se deve ao fato desta norma incorporar um conceito que era até então não usual no âmbito dos arquivos e da Arquivologia: o controle de autoridade. Termo usado pela Biblioteconomia, o controle de autoridade se refere à definição da forma autorizada para os pontos de acesso em um catálogo, à identificação e à listagem das formas não autorizadas, à explicitação das relações que vinculam as duas formas e também aos pontos de acesso entre si (LLANES PADRÓN, FUJITA e BASTOS, 2014).

Além do estranhamento conceitual, Cunningham (2007) destaca que não se enfatizou o valor e a utilidade da ISAAR (CPF) para o trabalho arquivístico, e que a primeira edição era de difícil compreensão e implementação. De fato, a primeira edição da norma (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1998) é um tanto repetitiva ao elencar seus propósitos, expondo seu objetivo só após informar sobre suas vantagens. Cunningham (2007) a define, metaforicamente, como "um casamento desconfortável dos mecanismos bibliográficos tradicionais de controle de autoridade com os imperativos bem distintos da descrição arquivística do contexto". Como um dos diretores do projeto, o autor se esforçou para que na segunda edição da norma os objetivos estivessem mais claros e que fosse evidenciada a relação entre a proposta de descrição normalizada pela ISAD(G) e os registros de autoridade instituídos pela ISAAR (CPF).

3 FINALIDADES DA ISAAR (CPF)

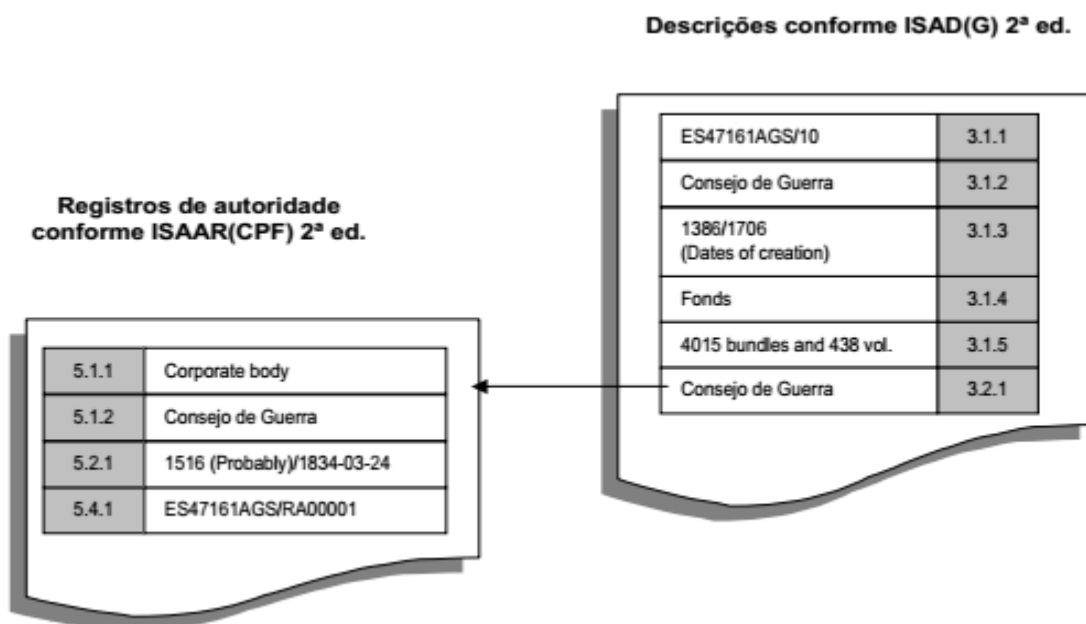
O objetivo da ISAAR (CPF) é fornecer regras gerais para a normalização das descrições arquivísticas dos produtores de documentos e do contexto da produção desses documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004a). Por meio dessa normalização, é possível:

- a) identificar de forma precisa os produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre os produtores, especialmente no que tange à mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças circunstanciais na denominação de indivíduos e famílias;
- b) documentar as relações entre os produtores de documentos e os documentos que produziram/acumularam, facilitando a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos documentos e a interpretação dos mesmos;
- c) controlar a criação e o uso dos pontos de acesso nas descrições arquivísticas, fomentando o acesso dos arquivos e documentos com base na identificação de seus produtores;
- d) intercambiar registros de autoridades com outras instituições, sistemas e/ou redes.

Podemos notar uma sobreposição de elementos descritivos entre áreas de descrição da ISAAR (CPF) e a Área de Contextualização da ISAD(G), pois ambas se dedicam a informar sobre o produtor e documentar a trajetória do mesmo. Inclusive, tanto a ISAD(G) quanto a NOBRADE prescrevem que os dados dessa área sejam normalizados conforme a ISAAR (CPF). No entanto, o intuito da ISAAR (CPF) não é normalizar a entrada de dados nessa área da ISAD(G), ela foi concebida para criar um registro de autoridade separado, mas ligado à descrição normalizada, conforme a ISAD(G), tal como defendido por Cunningham

(2007) e Doherty (2004). Um exemplo dessa ligação consta na própria norma, como mostrado na Figura 01.

Figura 01- Associação de registro de autoridade arquivística com descrição de documentos arquivísticos



Fonte: Adaptada do CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (2004a).

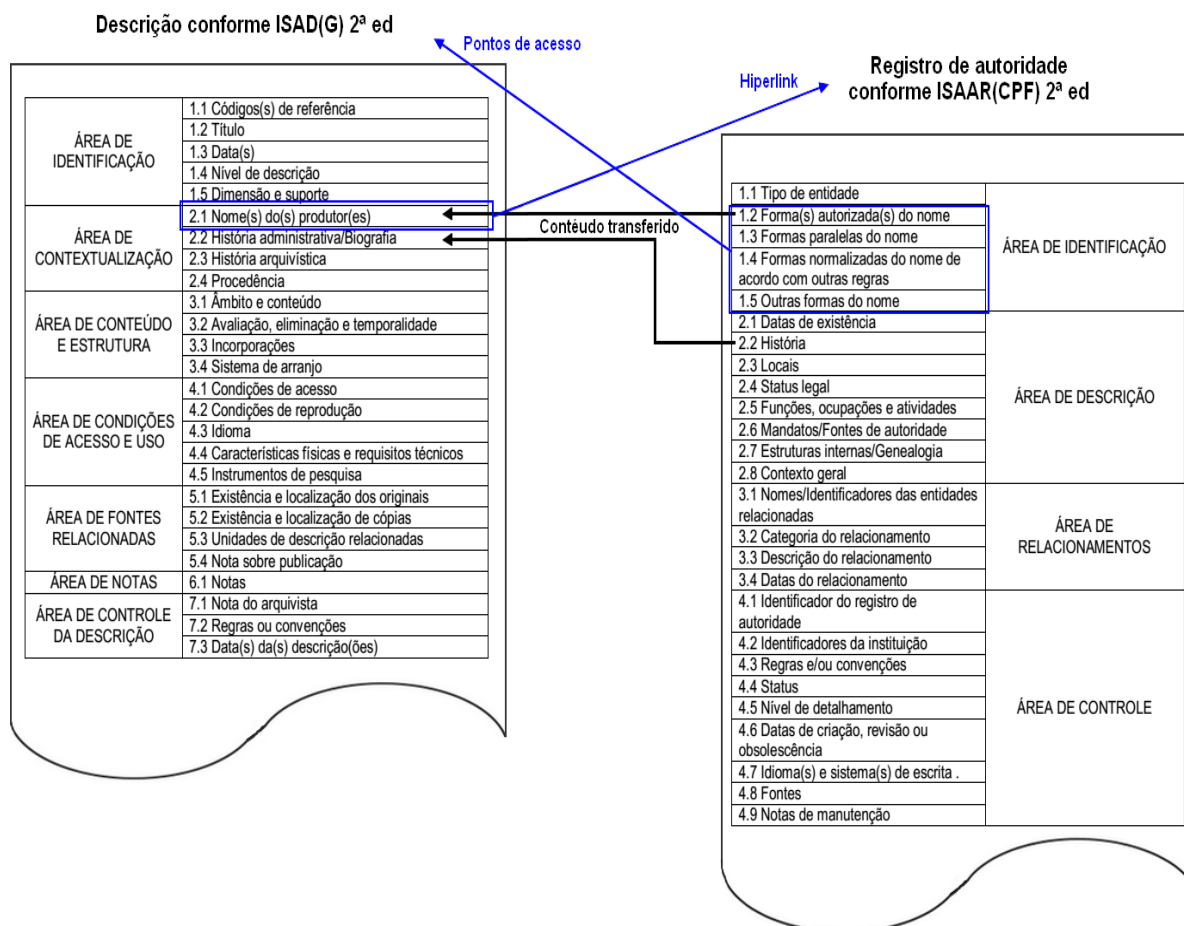
A principal vantagem de se manter um registro de autoridade separado da descrição de documentos se refere à eficiência. A descrição do contexto arquivístico evoca um minucioso trabalho de pesquisa, exigindo tempo e fontes apropriadas para ser elaborada (BELLOTTO, 2005; OLIVEIRA, 2010; RONCAGLIO, 2012), sobretudo quando a descrição ocorre a posteriori, causando falhas por vezes irreversíveis na descrição (BEARMAN, 1989 apud YEO, 2016). Com o passar do tempo, porém, é provável que se tenha maior conhecimento do produtor, ao analisar e tratar a sua documentação. Manter um registro de autoridade separado das descrições significa que só haverá a necessidade de atualizar o registro da autoridade em si, e não cada uma das descrições de fundos, séries, dossiês e documentos relacionados a esse produtor (DOHERTY, 2004).

Para os usuários a vantagem de se manter o registro de autoridade separado é poder ter mais informações sobre o produtor, dentre as quais aquelas que vão além das que estão presentes na descrição normalizada pela ISAD(G). Identificar as várias formas do nome do produtor, descrever sua história, os locais por onde passou e influenciou, as funções, ocupações e atividades que exerceu, os relacionamentos que estabeleceu com outras entidades

e conhecer a sua evolução ao longo do tempo gera uma riqueza inestimável para a pesquisa (DOHERTY, 2004; COOK, 2007; CUNNINGHAM, 2007, OLIVEIRA, 2010).

A Figura 02 trata da ligação entre o registro de autoridade e a descrição e os campos adicionais da ISAAR (CPF) frente à ISAD(G).

Figura 02 - Comparação e relação de campos entre a ISAAR (CPF) e a ISAD(G)

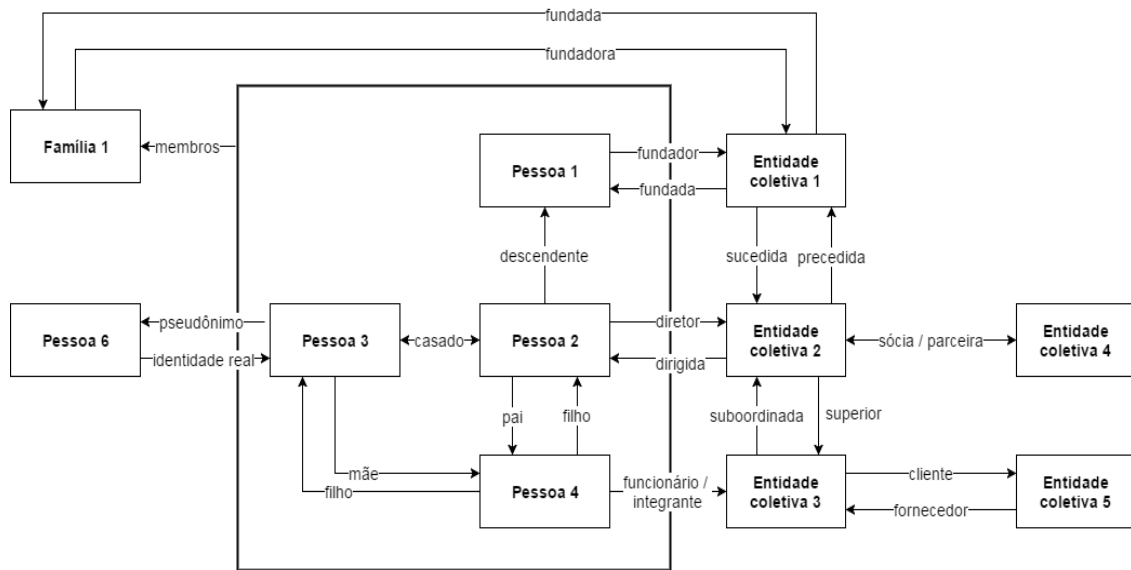


Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em adição aos benefícios na busca, os registros de autoridade também aprimoram a busca; permitem que os usuários pesquisem pelos acervos de forma "horizontal", conhecendo o produtor, suas áreas de atuação, outras autoridades relacionadas e seus respectivos acervos; complementam a pesquisa "vertical" oferecida pela ISAD(G), a qual estrutura diversos níveis de descrição de forma hierárquica (DOHERTY, 2004; COOK, 2007; CUNNINGHAM, 2007).

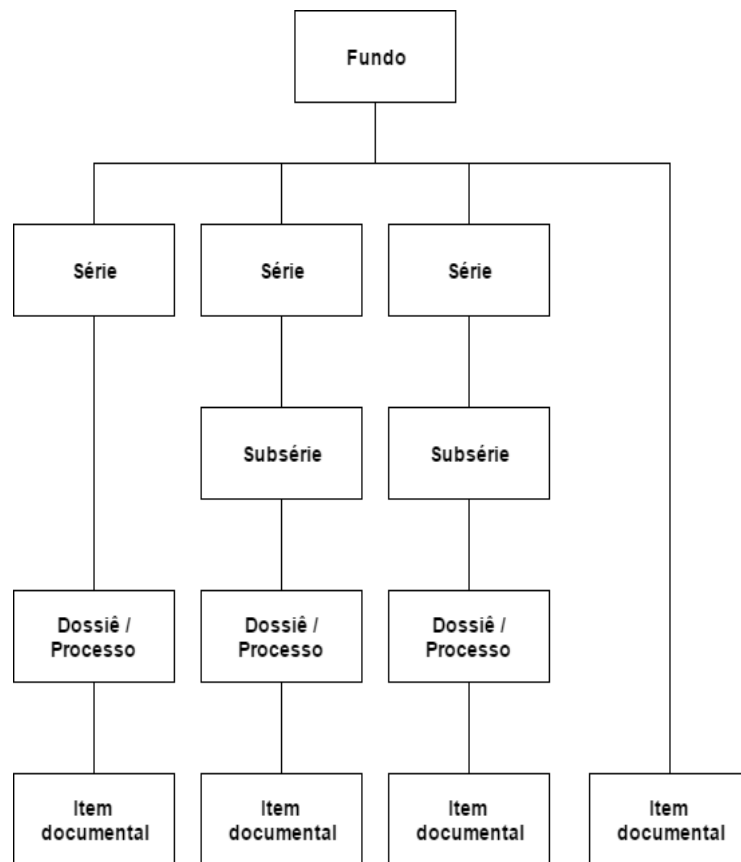
Uma representação dessas formas de busca é mostrada a seguir nas Figuras 03 a 05, embora de maneira não exaustiva.

Figura 03 - Relacionamentos entre autoridades



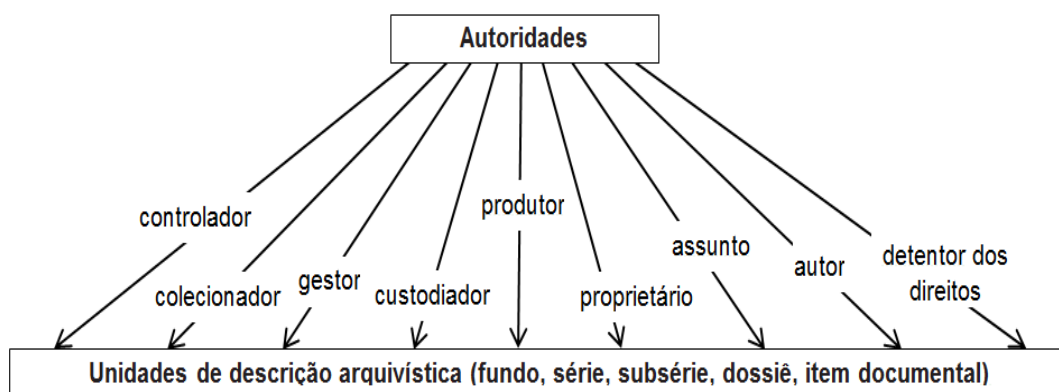
Fonte: Elaborada pelas autoras, baseada no Conselho Internacional de Arquivos (2004a; 2016).

Figura 04 - Modelo hierárquico e multinível da ISAD(G)



Fonte: Elaborada pelas autoras, baseada na do Conselho Internacional de Arquivos (2004b).

Figura 05 - Relacionamentos entre autoridades e unidades de descrição



Fonte: Elaborada pelas autoras, baseada na do Conselho Internacional de Arquivos (2004a; 2016).

Uma proposta ainda mais ambiciosa é aproveitar os registros de autoridade de outras instituições. Embora os documentos de arquivos sejam únicos por natureza, inviabilizando o compartilhamento de descrições, é relativamente comum a dispersão de documentos de um mesmo produtor (DOHERTY, 2004; CUNNINGHAM, 2007, MILLAR, 2015). Um registro de autoridade separado e normalizado conforme a ISAAR (CPF) possibilita o intercâmbio e reaproveitamento desse registro, também auxilia a referenciar na descrição outras instituições que detém parte do acervo daquele produtor, de forma a destacar a proveniência do fundo ao invés da posse de uma de suas partes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever um fundo de arquivo e suas partes exige estudo minucioso e consistente tanto das informações presentes nos documentos quanto daquelas que situem as condições em que os mesmos foram produzidos. Para isto é preciso realizar pesquisa que reúna informações relevantes sobre os produtores dos documentos, sobre as funções exercidas por ele (seja ele uma instituição, uma pessoa ou uma família) e o contexto histórico, social, econômico e político do qual fez ou faz parte.

Não podemos explicar a proveniência de um acervo com a mera citação do nome do seu produtor. É preciso entender toda sua trajetória, os locais por onde passou, sua estrutura interna, o que lhe deu autoridade para ser considerado especialista em determinada atividade, e; logicamente, as funções e atividades desempenhadas por esse produtor. Sem o conhecimento dessas informações, é impossível ter a noção do contexto do documento, uma vez que ele é tão atrelado com o contexto do produtor.

Para registrar esse contexto, e preservá-lo para futuras gerações, é necessário que ele seja documentado, que ele faça parte da descrição arquivística. E de preferência *a priori*, isto é, enquanto os documentos estão sendo produzidos, classificados e arquivados, para que as perdas de informações sejam menores e a pesquisa menos problemática. Nesse sentido, a ISAAR (CPF) pode auxiliar no registro das informações sobre o produtor, desde o momento da criação do documento, preservando essa parcela do contexto. Ter um roteiro mínimo na hora de descrever o produtor; poder atualizar essa informação apenas uma vez, sem a preocupação de ter que atualizar todas as descrições do acervo; visualizar os dados do produtor e de entidades relacionadas, compartilhar e intercambiar descrição do produtor torna a ISAAR (CPF) útil, vantajosa, e *importante* demais para ser negligenciada. Acima de tudo, a proveniência dos acervos deve ser respeitada e a ISAAR (CPF) contribui decisivamente para isso.

Evidente que a inter-relação entre as normas de descrição arquivística precisa ser melhor explicitada e até mesmo modificada para evitar justaposições e trabalho redobrado do profissional de arquivo, mas, enquanto isso não acontece, o seu uso, adaptado ou não, nos parece ser essencial para otimizar a descrição arquivística.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004a. 99 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional para os registos de autoridade arquivística relativos a instituições, pessoas singulares e famílias. Tradução dos editores. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo; Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1998. 32 p. Disponível em: <http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/isaar_cpf_viantt.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004b. 119 p.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial.** Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. - - Dados eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, jan./dez. 2007.

COUTURE, Carol et al. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine.** Canada: l'Université du Québec, 2003.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez. 2007.

DOHERTY, Teresa. Who, what, when, why? ISAAR (CPF): the forgotten standard. **Business Archives**, London, n. 87, p. 61-75, maio, 2004. Disponível em: <<http://public.bacs.daisy.websds.net/PDFFiles/Articles/87031.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Experts Group on Archival Description. **Records in Contexts: a conceptual model for archival description.** Consultation Draft v. 0.1. 2016. Disponível em: <<http://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Statement of Principles Regarding Archival Description. **Archivaria**, Ottawa, n. 34, p. 8-16, jan. 1992. Disponível em: <<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11837/12789>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MILLAR, Laura Agnes. A morte dos fundos e a ressurreição da proveniência: o contexto arquivístico no espaço e no tempo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-162, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais.** Tese (Doutorado em Ciências – área de concentração: História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 43-72.

PADRÓN, D. L.; FUJITA, M. N. S. L.; BASTOS, F. M. Os registros de autoridade em sistemas de informação: uma perspectiva biblioteconômica e arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014. **Anais...** Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt2>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

RONCAGLIO, Cynthia. A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 92-103, 2012.

TRINDADE, Cátia João Matias. **A importância da criação de registos de autoridade arquivística para entidades produtoras de arquivos.** O caso das entidades colectivas públicas, criadas na segunda metade do século XX, produtoras de arquivos de política científica em Portugal. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, 69 p.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry e MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

THE BENEFITS OF JOINT USE OF ISAAR (CPF) AND ISAD (G) IN THE ARCHIVAL DESCRIPTION

Abstract: *The purpose of this article is to check the application of the International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families (ISAAR (CPF)), in concurrence with ISAD (G) in archival description, and its efficiency in the description process and product. The methodology is qualitative and descriptive, based on literature review and documentary survey. It lists a brief history of ISAAR (CPF), highlighting its link with ISAD (G) and the Statement of Principles of Archival Description, and the reasons given in the literature for the low use of this standard. It brings out the results of the analysis of the first edition of ISAAR (CPF) and its link with ISAD (G), leading to the conclusion that the innovative nature of the standard and its hasty disclosure was the main reason for the archivists' resistance to applying it. It exposes, through the comparison of ISAAR (CPF) with ISAD (G), that the former has its own fields, not being a mere component of the previous one. It also presents the concept of authority control and demonstrates the relations between the authorities, the archives and their parts. It reckons the advantages of adopting ISAAR (CPF), in terms of efficiency in updating the producer data, the improvement provided to the user during his research, the preservation of the context and the possible sharing of records and consequent thrift of institutional resources.*

Keywords: *ISAAR (CPF). Producer. Authority Control. Authority Record. Archival Description.*

Originals recebidos em: 13/12/2017

Aceito para publicação em: 11/05/2018

Publicado em: 20/10/2018